

Coutinho, R. (1997). O Ensino Agrícola em Viseu: do pioneirismo ao impasse. *Millenium*, 8

O ENSINO AGRÍCOLA EM VISEU DO PIONEIRISMO AO IMPASSE

Rui Coutinho*

* Eng^o. Agro-Alimentar na ESAV

Já nos finais do século passado e início deste, a cidade de Viseu era um dos maiores centros académicos do país, sendo apenas suplantada por Lisboa, Porto, Coimbra e Faro. De parceria com Lisboa, Coimbra e Évora, teve o privilégio de ser pioneira no Ensino Agrícola em Portugal. A Escola Prática de Agricultura de Viseu instalou-se na Casa do Arco, tendo sido até anfitriã da família real. Após longa espera, oposições acérrimas e muita coragem, em 1992, volta a ter o Ensino Agrícola mas, pasme-se, ainda não possui nem instalações próprias nem Terra para trabalhar. Parece-nos ser útil comparar, não só o protagonismo do passado com o impasse da actualidade, mas também reiterar as justificações da existência da Escola Superior Agrária de Viseu, num distrito dotado de potencialidades e diversidades agrícolas únicas no país.

Estamos em 1852. O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria incluía, entre os mais diversos organismos, repartições consagradas a actividades agrícolas.

As visitas frequentes que Fontes Pereira de Melo efectuava por todo o país estendiam-se, deste modo, por um conjunto de departamentos que pretendia tornar florescentes e mais consentâneos com o seu febril plano de modernização. O programa implicava, portanto, a criação de escolas técnicas de outra natureza, além das industriais e comerciais. Deve-se assim ao fontismo a organização do ensino agrícola, concedendo-lhe a mesma dignidade que já fora dada ao ensino industrial. O ensino agrícola foi criado por decreto de 16 de Dezembro de 1852. Segundo este decreto, o ensino agrícola compunha-se de três graus e os alunos seriam a ele admitidos com o mínimo de 16 anos.

O primeiro grau, de ensino elementar, cuja frequência não poderia exceder 3 anos, consistia em trabalhos rurais concretamente realizados em "quintas de ensino" de que deveria existir uma em cada província, e era destinado a formar abegões, maiores e quinteiros. Tais quintas deveriam ser

propriedades particulares cujos donos as proporcionariam aos mestres e alunos, de acordo com o Governo de quem receberiam compensações monetárias convencionadas.

O segundo grau, de ensino teórico-prático, seria ministrado em escolas regionais, que deveriam ser três, em Lisboa, Viseu e Évora, às quais pertenceria uma "quinta exemplar" com campos de cultura, viveiros de plantas, estábulo e oficinas. Em tais escolas leccionar-se-iam quatro cadeiras: Botânica, Física, Química e Geologia agrícolas; Agricultura; Zootécnica e Veterinária; e Economia Agrícola, Legislação e Engenharia Rural.

Por último, o ensino superior, que constituía o terceiro grau, funcionaria em Lisboa, num Instituto Agrícola, com a sua "quinta exemplar" anexa. Nele se ministraria o ensino, com carácter decerto mais especializado, das mesmas cadeiras das escolas regionais, às quais se acrescentavam outras cadeiras teóricas que seriam leccionadas na Academia das Ciências e na Escola Politécnica.

Os ministros do reino que se seguiram a Fontes Pereira de Melo introduziram sucessivas alterações ao decreto por forma a tentar adaptá-lo às realidades nacionais e regionais. Merece-nos especial menção a segunda alteração verificada, em 8 de Abril de 1864, por ser da autoria do então ministro do reino, o bispo de Viseu, D. António Alves Martins.

A região de Viseu foi assim, merecidamente, contemplada com a instalação dum estabelecimento de ensino médio, em paralelo com mais duas cidades do país, e suplantada apenas por Lisboa, como atrás se referiu. Fontes Pereira de Melo lá sabia por quê...

Lista	Sobre-mesa
Canja de Galinha à Lusitana	Ovos reais à D. Amélia
Pasteis de carne à Provinciana	Pudim gelado à D. Carlos
Trutas do Paiva à Camponeza	Pudim de chocolate à Príncipe Real
Rôlos de ovos à Beirôa	Pudim de leite à Infante D. Manuel
Pato com ervilhas à Portuguesa	Dôce de cereja à D. Maria Pia
Bifes com batatas à Burgueza	Dôce de morango à D. Affonso
Leitão assado à Visiense	Dôce seco, variado

Vitella de Lafões à caçadora	Frutas seccas e verdes
Peru assado à Beira Alta	Queijo da Serra, da Escola Agrícola

A Escola Prática de Agricultura de Viseu foi instalada na Casa do Arco, contígua à Porta dos Cavaleiros onde hoje funcionam os ginásios, cozinha e refeitório da Escola Secundária Emídio Navarro. No mesmo edifício, funcionavam igualmente um Posto Zootécnico, um Posto Agrícola, um Museu Agrícola e uma estação de Telégrafo que então dava os primeiros passos no país. Os terrenos circundantes que se estendiam até à actual Estação Agrária serviam-lhe de "quinta exemplar".

Consultando aturadamente a imprensa local, posterior à criação da Escola Prática de Agricultura de Viseu, nomeadamente O Commércio de Vizeu, nela encontramos sinais claros da sua intervenção activa no apoio aos agricultores e em especial aos vitivinicultores, na sua luta contra o mildiwi, fazendo-lhes constantes apelos para que, à mínima suspeita, levassem à escola folhas de videira atacadas para, in loco, ser diagnosticada a doença e aconselhado o competente tratamento.

Aquando da visita a Viseu da Rainha D. Amélia e Infantes D. Luís Filipe e D. Manuel, por ocasião da sua estada nas Termas de S. Pedro do Sul, o presidente da Câmara de Viseu, visconde de Gumieir, ofereceu ao séquito real um almoço, na Casa do Arco, cuja ementa a seguir se transcreve:

O repórter do citado jornal, de 15 de Junho de 1894, descreve assim a escola: "As salas nobres do palacete são destinadas aos museus agrícolas, e acham-se em perfeito estado de conservação e aceio, graças aos intteligentes cuidados do director d'aquelle instituto o sr. Toscano."

A Escola Prática de Agricultura de Viseu, mercê da sua actuação no terreno, granjeou prestígio nacional e foi dotada de conceituados professores estrangeiros, como é o caso do suíço Salissé, verdadeira sumidade no fabrico de lacticínios e a quem se deve, nesta região e no país, essa valiosa indústria, assente em princípios científicos. Esta componente científica deve-se, sobretudo, aos esforços desenvolvidos pelo ilustre viseense Emídio Navarro que viria a ser o justo patrono da escola secundária.

Ainda que prestigiosa, foi porém efémera a vida da Escola Prática de Agricultura de Viseu. Com efeito, a 9 de Dezembro de 1898, um decreto régio extingue-a, transfere os serviços ligados à Agricultura para a Estação Agrária e é criada nas suas instalações a Escola de Desenho Industrial de Viseu que viria a ser a precursora da actual Escola Secundária Emídio Navarro.

A região de Viseu e a sua cidade mereciam melhor sorte. A Agricultura ficou amputada deste valioso instrumento de progresso. Apesar do abandono crescente que a actividade agrícola tem vindo a registar nos últimos tempos, as suas potencialidades permanecem contudo intactas. O distrito de Viseu continua a ser detentor de produtos de alta qualidade de que são alguns exemplos, a maçã Bravo de Esmolfe, a Maçã Beira Alta, a Vitela de Lafões, o Cabrito da Serra da Gralheira, o Borrego Serra da Estrela, a Pêra Passa de Viseu, o Queijo Serra da Estrela, a Cereja de Resende, a Castanha dos Soutos da Lapa e o manancial de vinhos verdadeiramente único no país e talvez no mundo.

Com efeito, no distrito de Viseu, produz-se tão somente esta notável diversidade de vinhos: Vinho do Dão (Região Demarcada do Dão), Vinho Verde (concelhos de Resende e Cinfães integrados na Região Demarcada dos Vinhos Verdes e Região de Lafões), Vinho do Douro (concelhos do norte do distrito integrados na Região Demarcada do Douro), Vinho do Porto (concelhos do norte do distrito integrados na Região Demarcada do Douro), Vinhos da Encosta da Nave (concelhos de Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono e Tabuaço) e ainda os mais afamados espumantes portugueses (Raposeira e Murganheira) produzidos na Região do Varosa, de que fazem parte os concelhos de Lamego, Armamar e Tarouca.

As gentes de Viseu continuaram a clamar pela Escola Agrária. Os ecos chegavam ténues ao Terreiro do Paço. Em ano de eleições, os arautos dos partidos políticos vinham todos vindimar votos até Viseu. Vociferavam em comícios, protestavam com panfletos, apontavam dedos acusadores, prometiam e alguns, no ardor dos seus discursos, criavam mesmo a Escola Superior Agrária.

- "Foi preciso acudir a outros fogos!!!" - comentava-se então, à mesa dos cafés, no rescaldo da contabilidade eleitoral.

Ao mesmo tempo fazia-se um apertado cerco a Viseu para que perdesse argumentos de aspirar à sua escola. A Universidade de Trás-os-Montes, com a sua vertente agrícola, a Escola Superior Agrária de Castelo Branco, de Bragança e de Coimbra, constituíam um verdadeiro anel de fogo, impenetrável, espartilhador dos velhos anseios de Viseu e desmobilizador do cumprimento de promessas feitas pelo poder central.

O Instituto Politécnico de Viseu, resiste e contra ataca com um estudo de viabilidade, elaborado por uma equipa de técnicos conhecedores profundos da região e da qual fez parte o actual director da ESAV, Dr. António Fernandes Pinto Morais, apresentando um acervo de elementos irrecusáveis à criação da escola. Contra factos tão evidentes não havia argumentos. Finalmente, o Governo concordou na sua criação, com chancela de Urgente.

Mas nem mesmo assim o processo avançava.

Em 1992, é lançado do interior do Instituto Politécnico de Viseu um contra fogo. O estratega desta operação chama-se Dr. João Pedro Barros. Manda incluir, à última hora e em anexo, na Candidatura de Acesso ao Ensino Superior desse ano, o Curso de Tecnologia das Indústrias Agro-Alimentares, entretanto criado e integrado na Escola Superior de Tecnologia. Este curso poderia vir a servir de catapulta à almejada criação da ESAV. E serviu. Passou a ter existência legal apenas em 1995, cumulativamente com a introdução dum novo curso, o de Engenharia Hortofrutícola. O Curso de Tecnologia das Indústrias Agro-Alimentares passa a Engenharia das Indústrias Agro-Alimentares e, em 1996, é criado o curso de Engenharia Zootécnica, saindo também, nesse mesmo ano, a primeira fornada de engenheiros formados pela ESAV.

Mas um longo e árduo caminho está ainda por percorrer, pois como todos sabemos a escola não tem instalações próprias; isto é, não tem campos para trabalhar, não tem estábulos para criar, não tem viveiros para acompanhar. Em suma, não tem sequer um pedaço de TERRA onde possa arvorar a bandeira da sua Identidade.

Os políticos continuam a fazer jogos lúdicos de guerrilha.

Começam longas negociações entre o IPV, a Câmara Municipal de Viseu e o Ministério da Agricultura com vista à cedência dos terrenos e instalações da Estação Agrária. Depois de sucessivos desacordos e acordos, faz-se enfim luz verde. Alunos e professores, já desesperados, rejubilam com a notícia.

O IPV apressa-se a montar placa anunciadora de Futuras Instalações da ESAV, nos terrenos em questão. Mas as estruturas locais do anquilosado Ministério da Agricultura sentiram que ficariam muito mais pobres sem os seus vastos domínios (de quem são afinal?), sacodem a pressão e enviam recado a Lisboa, que manda recuar. A ESAV já teve Contrato de Arrendamento para aluguer de quartos na Fenafrutas, mas esta, à última hora, faz exigências inegociáveis, quando notou que a co-habitação acordada lhe escancarava demasiado as portas e lhe furtava, para sempre, a sua privacidade.

Eis-nos pois na situação de trabalhadores Sem Terra, de Nação sem Pátria, com Intifadas a germinar na mente de quem deseja tão somente ter casa própria, ter Autonomia.

Para quando, senhores políticos?

Fontes:

História do Ensino em Portugal, de Rómulo de Carvalho, 1980, Edição Gulbenkian.

O Comércio de Viseu, de 01/02/1894, de 15/06/1894 e 24/06/1894.

Escola Industrial e Comercial de Viseu - Cinquentenário da Sua Fundação, Separata da Revista Beira Alta, Viseu, 1950.

A Liberdade, de 12/06/1895.

Memórias de Viseu, de José Coelho, Viseu, 1941.

O Grande Livro do Vinho, de J. Duarte Amaral, 1995, Edição Temas e Debates, Lisboa.